

COORDENADORIA DE GESTÃO DE AUDITORIA INTERNA

Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

Ano de 2017

Índice

1. Introdução.....	3
2. Estratégias da Auditoria Interna.....	3
3. Da auditoria interna.....	4
4. Fatores considerados na elaboração do PAINT.....	5
5. Ciclo de auditoria.....	5
6. Capacitação dos recursos humanos.....	6
7. Da auditoria independente	6
8. Do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.....	6
a) Objetivos	6
b) Considerações Gerais	6
c) Atividades.....	7
9. Cronogramas	12
ANEXO I	13
ANEXO II	20
ANEXO III	21
ANEXO IV.....	22

1. Introdução

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, elaborado conforme a Instrução Normativa Nº.24, de 17 de novembro de 2015 da Controladoria Geral da União – CGU, apresentada no Anexo I, para o exercício de 2017 prevê trabalhos nas áreas financeiras, materiais, recursos humanos, patrimoniais, operacionais, faturamento, compras e sistemas.

2. Estratégias da Auditoria Interna

Na elaboração do PAINT, a Auditoria Interna tem como princípios orientadores a importância da segregação de funções e atuação de forma independente devendo ser considerado como elementos fundamentais o planejamento estratégico, estrutura de governança, gerenciamento de riscos corporativos, controles, planos, metas e políticas do HCPA, com foco na prevenção de riscos e nos resultados sob o delineamento dos princípios éticos da administração pública, além da economicidade.

Com foco na prevenção de riscos e na eficiência e economicidade a Auditoria Interna segue as seguintes estratégias de procedimentos:

- Auditoria contínua

As atividades de auditoria são realizadas simultaneamente com a ocorrência dos eventos ou em um intervalo de tempo muito reduzido. Os testes de controles são realizados continuamente produzindo seus resultados. Estes processos são grandemente beneficiados pela aplicação de metodologias e testes utilizando sistemas de bases de dados informatizadas através do uso de sistemas aplicativos corporativos e aplicativos de extração e análise de dados.

- Auditoria de monitoramento contínuo

Testes sistematizados através de processos contínuos e trilhas a partir de informações geradas pelos sistemas informatizados corporativos, sistemas de informações gerenciais e informações obtidas e integradas através de aplicativos de extração e análise de dados.

- Auditoria preventiva

Os processos de auditoria identificam situações de risco recomendando proposições que direcionem a sua solução ou prevenção de forma a minimizar problemas com atendimento a legislação, normas e procedimentos com melhor aproveitamento dos recursos.

3. Da auditoria interna

Recursos Humanos

A Coordenadoria de Gestão de Auditoria Interna – GAUDI do HCPA possui um quantitativo de pessoal adequado ao seu porte e às suas necessidades.

Atualmente a composição do corpo funcional é a seguinte:

Nome	Função	Cargo	Graduação	Pós-graduação
Armando José Gass	Coordenador	Contador	-Ciências Contábeis	-Especialização em Gestão Hospitalar -Especialização em Auditoria e Perícia
Flaviano Ribeiro Barreto	Auditor de TI	Analista de TI	-Engenharia Eletrônica -Pedagogia para o Ensino Profissionalizante	-Especialização em Gerenciamento de Projetos
Flávio de Medeiros Horta	Auditor	Contador	-Ciências Contábeis	-MBA em Gestão Financeira Controladaria e Auditoria -Especialização em Perícia e Auditoria (em andamento)
Guilherme Leal Camara	Auditor	Contador	-Ciências Contábeis	-Especialização em Controladaria de Gestão
Gustavo Salomão Pinto	Auditor	Contador	-Ciências Contábeis	-MBA em Controladaria e Finanças
Juliana Zwetsch	Auditora	Contadora	-Ciências Contábeis -Administração de Empresas	-Especialização em Controladaria de Gestão -Especialização em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (em andamento)
Marcelo Augusto de Souza Bezerra	Auditor	Contador	-Ciências Contábeis	-Especialização em Auditoria e Perícia

Recursos Materiais e Tecnológicos

A Auditoria Interna possui os recursos de Informática que lhe permitem acesso a todos os sistemas corporativos do HCPA e Sistemas do Governo.

O GAUDI tem acesso a outros sistemas de informações tais como: INTERNET, TRIBUNAIS, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, TCU e CGU.

Durante o exercício de 2017, será contratado e implantado um aplicativo de gerenciamento, operacionalização e controle das atividades da auditoria interna.

Orçamento da Auditoria Interna

Para o exercício de 2017, o orçamento previsto para esta unidade, é de R\$2.181.000,00, representando aproximadamente 0,19% do orçamento total de R\$1.134.151.230,48 do HCPA.

O orçamento é apresentado no anexo II.

4. Fatores considerados na elaboração do PAINT

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna foi elaborado com base nas legislações vigentes, normas internas de procedimentos e diretrizes adotadas pela empresa.

A planificação dos trabalhos de auditoria foi pautada também nos seguintes fatores:

- efetivo de pessoal lotado na auditoria;
- tempo decorrido desde a última auditoria realizada;
- materialidade, baseada no volume da área em exame;
- observações efetuadas no transcorrer do exercício e
- fragilidade nos controles internos.

Com base no exposto e considerando a relevância e risco de cada área, selecionamos para auditar as áreas Financeira, Administrativa, Materiais, Engenharia, Recursos Humanos, Licitações e Contratos e áreas fins (receitas e despesas).

A avaliação dos resultados dos trabalhos executados anteriormente, assim como sugestões do Conselho Diretor, da Administração Central e das unidades auditadas serviram de subsídios na definição das atividades selecionadas.

5. Ciclo de auditoria

O plano prevê a realização de auditoria preventiva e a posterior nos processos de licitações, a partir de uma seleção, nas modalidades de convite, tomada de preços, concorrência, leilão, inexigibilidade, pregão e dispensa de licitação por emergência.

As disponibilidades, estoques, contas a receber, immobilizado, contas a pagar, licitações, receitas, despesas, recursos humanos, contratos, licitações, faturamento, são auditadas mensalmente.

No ano de 2017, continuarão sendo desenvolvidas trilhas de auditoria contínua nas diversas áreas com suporte de aplicativo informatizado de extração e análise de dados e dos sistemas corporativos e de informações gerenciais.

6. Capacitação dos recursos humanos

O programa de capacitação consiste em auto-treinamento e cursos externos, com uma previsão de 820 horas. O auto-treinamento é realizado através de encontros semanais para discussão de casos e alterações na legislação.

O plano de treinamento é apresentado no anexo III.

7. Da auditoria independente

O HCPA efetua licitação anual para contratação de Auditores Independentes.

O objeto desta prestação de serviços é a Auditoria das Demonstrações Contábeis com emissão de relatórios e pareceres sobre as mesmas.

Este trabalho vem sendo desenvolvido de forma harmônica e integrada com a Auditoria Interna, a qual tem acompanhado todos os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

8. Do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

a) Objetivos

Os principais objetivos pretendidos com a execução do PAINT/2017 são os seguintes:

- examinar a adequação dos registros contábeis;
- verificar a aplicação das normas, legislações vigentes e diretrizes traçadas pela administração;
- analisar os procedimentos, rotinas e controles internos e
- avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos.

b) Considerações Gerais

O PAINT abrange o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Este período, considerando os sete auditores, que executarão a programação, correspondente a um total de 12.420 horas disponíveis, já descontados os sábados, domingos, feriados e os dias de férias.

Nas horas destinadas para cada trabalho já está incluso o tempo necessário para a preparação e atualização do programa a ser aplicado e a elaboração do relatório.

Após a auditagem de cada trabalho, as constatações, evidências e recomendações são levadas ao conhecimento das chefias das áreas envolvidas para sua manifestação e providências necessárias.

O relatório emitido pela auditoria será encaminhado ao Presidente do Conselho Diretor, que o encaminhará aos demais membros do Conselho Diretor, para aprovação em assembleia ordinária do Conselho Diretor.

A Auditoria Interna manterá, através de um sistema informatizado, o acompanhamento dos resultados das auditorias realizadas e encaminhará estas informações ao Presidente e aos membros do Conselho Diretor.

A Auditoria Interna deverá apresentar anualmente ao Conselho Diretor os apontamentos da CGU e TCU e sua opinião.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de algum fator que prejudique a sua realização na data estipulada, tais como: treinamentos, trabalhos especiais, atendimento ao TCU - Tribunal de Contas da União, CGU - Controladoria Geral da União, Conselho Diretor, Administração Central do Hospital e auditorias especiais.

A Auditoria Interna dará a assistência necessária aos auditores da Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e Auditores Externos Independentes, quando de suas visitas à empresa, bem como acompanhará as recomendações efetuadas pelos mesmos, informando seus resultados aos órgãos competentes.

c) Atividades

A seguir, descrevemos os trabalhos de Auditoria que serão realizados no exercício de 2017 e seus respectivos escopos:

Gestão de Governança Corporativa

- Exames sobre o atingimento das metas de desempenho estipuladas pelos gestores no inicio do exercício e dos indicadores de gestão.

Gestão Financeira

- Análise da conformidade dos recursos financeiros;
- Análise dos registros;
- Avaliação do uso dos cartões de pagamento do governo federal
- Avaliação da situação de transferências e

-
- Avaliação dos controles internos.

Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços

- Contagem física dos materiais;
- Verificação da existência de materiais obsoletos;
- Verificação das baixas nos estoques;
- Exame da adequação dos registros contábeis;
- Verificação do cumprimento das normas internas;
- Avaliação dos critérios de sustentabilidade e
- Avaliação dos controles internos.

Gestão de Bens Patrimoniais

- Verificação física, por amostragem, dos bens;
- Verificação do cumprimento da legislação e das normas de controle dos bens patrimoniais;
- Exame das escrituras públicas;
- Exame das aquisições, transferências e baixas de bens;
- Conferência dos cálculos de depreciação e amortização;
- Exame da adequação dos registros contábeis;
- Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário e
- Avaliação dos controles internos.

Gestão de Receitas

- Exame nos sistemas de faturamento dos serviços prestados;
- Exame de outras receitas;
- Exame da adequação dos registros contábeis;
- Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário e
- Avaliação dos controles internos.

Gestão de Custos / Despesas

- Análise da conformidade de custos/despesas;
- Análise dos registros;
- Avaliação do uso dos cartões de pagamento do governo federal;
- Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário e
- Avaliação dos controles internos.

Gestão Contábil

- Exame da adequação;
- Verificações do cumprimento dos preceitos fiscais;
- Análise das formalidades legais e
- Emissão do Parecer sobre as Demonstrações Contábeis.

Gestão de pessoas

- Conferência dos valores constantes da folha de pagamento;
- Conferência dos valores constantes das guias de recolhimentos de encargos e tributos;
- Verificação do cumprimento na aplicação da legislação tributária, trabalhista e previdenciária;
- Verificação da contabilização da folha de pagamento;
- Avaliação das rotinas, procedimentos e controles internos;
- Verificação do cumprimento dos limites de horas suplementares por empregado e
- Conferência do recolhimento das Declarações de Bens e Rendas dos agentes listados no Rol de Responsáveis da Prestação de Contas Anual e dos demais ocupantes de cargos/funções comissionados.

Licitações e contratos

- Auditoria preventiva e a posteriori nos processos licitatórios;
- Avaliação dos critérios de sustentabilidade e
- Avaliação dos procedimentos e controles internos.



Gestão de Execução de Contratos

- Exames sobre os contratos e convênios firmados entre o HCPA e terceiros e
- Avaliação da situação de transferências.

Gestão de Governança de Tecnologia da Informação

- Avaliação da governança de TI;
- Avaliação de projetos de TI;
- Acompanhamento de gestão de contratos e serviços de TI;
- Análise da privacidade de cada sistema;
- Análise do método de recuperação;
- Avaliação da segurança física das instalações e informações;
- Acompanhamento de avaliações externas;
- Acompanhamento de PDTI/PETI;
- Verificar a utilização dos equipamentos e relatórios emitidos;
- Avaliação dos critérios de sustentabilidade e
- Avaliação dos controles internos.

Monitoramento de Riscos Corporativos

- Avaliação dos processos de gestão de riscos corporativos;
- Avaliação da matriz de riscos;
- Avaliação do processo de identificação e classificação de riscos;
- Verificar dimensionamento dos riscos;
- Avaliação de tratamentos de riscos;
- Avaliação do processo de monitoramento dos riscos;
- Avaliação e acompanhamento das aplicações dos controles e das práticas aplicadas;
- Avaliação dos critérios de sustentabilidade e

-
- Avaliação dos controles internos.

Gestão de Engenharia

- Avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Avaliação de fluxos operacionais;
- Avaliação de resultados;
- Avaliação dos critérios de sustentabilidade;
- Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário e
- Avaliação dos controles internos

Gestão de Hotelaria

- Avaliação da qualidade dos serviços prestados;
- Avaliação de fluxos operacionais;
- Avaliação de resultados e
- Avaliação dos controles internos.

Gestão Tributária

- Exame da apuração e recolhimento dos Impostos Federais, Estaduais e Municipais;
- Exame da apuração e recolhimento das Contribuições Sociais;
- Exame do cumprimento das Obrigações Acessórias dos Impostos Federais, Estaduais e Municipais;
- Exame do cumprimento das Obrigações Acessórias das Contribuições Sociais e
- Avaliação dos controles internos.

Gestão de Assistência, Ensino e Pesquisa

- Avaliação da estrutura organizacional;
- Avaliação de políticas;
- Avaliação de planos operacionais;
- Avaliação de processos operacionais padrões;
- Avaliação de indicadores;
- Avaliação da qualidade das atividades e serviços;
- Resultados e
- Avaliação dos controles internos.

9. Cronogramas

Apresentamos no anexo IV os cronogramas anuais dos trabalhos programados:

- Cronograma anual 2017.
- Planilha – Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT – 2017
- Planilha – Matriz de riscos e critérios de classificação de riscos
- Planilha – Perspectivas do Planejamento Estratégico

Porto Alegre, 21 de dezembro de 2016


Guilherme Leal Camara
Coordenador Substituto de Gestão de Auditoria Interna

ANEXO I

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24 , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizado pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IX, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, nos artigos 14, 15 e 20 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000,

R E SOLVE :

Art. 1º Esta Instrução dispõe sobre a elaboração, a apresentação e o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT), e os aspectos operacionais relativos aos trabalhos de auditoria das unidades de auditoria interna da administração pública federal direta e indireta sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

CAPÍTULO I DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

Art. 2º O PAINT será elaborado pela unidade de auditoria interna das entidades da administração direta e indireta, com finalidade de definir temas e macroprocessos a serem trabalhados no exercício seguinte.

§ 1º São princípios orientadores do PAINT a segregação de função e a necessidade de preservação da independência.

§ 2º Não constarão no PAINT atribuições que caracterizem atos de gestão.

Art. 3º Na elaboração do PAINT, a unidade de auditoria interna deverá considerar o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o programa de integridade e o gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas do respectivo órgão ou entidade.

Art. 4º O PAINT conterá, no mínimo:

I - relação dos macroprocessos ou temas passíveis de serem trabalhados, classificados por meio de matriz de risco, com a descrição dos critérios utilizados para a sua elaboração;

II - identificação dos macroprocessos ou temas constantes da matriz de risco, a serem desenvolvidos no exercício seguinte, considerando o prazo, os recursos disponíveis e os objetivos propostos; e

III - estimativa de horas destinadas às ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna.

§ 1º A matriz de risco conterá o resultado da análise dos riscos associados a um macroprocesso ou tema, em termos de impacto e de probabilidade, que possam vir a afetar os objetivos do órgão ou entidade pública

§ 2º As ações de capacitação e participação em eventos previstas no PAINT deverão estar alinhadas às atividades de auditoria, de acordo com o seu caráter multidisciplinar e a atuação profissional dos servidores.

Art. 5º A proposta do PAINT deverá ser submetida à análise prévia do respectivo órgão de controle interno até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.

Art. 6º O respectivo órgão de controle interno deverá encaminhar manifestação sobre a proposta do PAINT à unidade de auditoria interna no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, incluindo, quando for o caso, recomendação de inclusão de macroprocessos ou temas que não tenham sido programados.

§ 1º A ausência de manifestação formal do órgão de controle interno no prazo estipulado no **caput** não impede a adoção das providências previstas nos arts. 7º e 8º.

§ 2º O não atendimento às recomendações de que trata o **caput** deverá ser devidamente justificado pela unidade de auditoria interna quando do encaminhamento definitivo do PAINT ao respectivo órgão de controle interno.

Art. 7º O Conselho de Administração ou a instância com atribuição equivalente ou, inexistindo, o dirigente máximo do órgão ou entidade, deverá aprovar o PAINT até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução.

Art. 8º O PAINT aprovado será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno e ao Conselho Fiscal ou instância com atribuições equivalentes até o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

CAPÍTULO II

DOS ASPECTOS OPERACIONAIS RELATIVOS AOS TRABALHOS DE AUDITORIA

Art. 9º O planejamento operacional dos trabalhos de auditoria, com a definição dos objetivos, escopo, prazo, questões de auditoria e alocação de recursos deverá ser elaborado pelas unidades de auditoria interna ao longo da execução do PAINT.

Art. 10. Para efetuar a avaliação dos controles internos, as unidades de auditoria interna deverão adotar as melhores práticas, considerando, no mínimo, os seguintes componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento.

§ 1º A análise de que trata o **caput** poderá abranger uma subsidiária, uma divisão, uma unidade operacional ou um macroprocesso do órgão ou entidade.

§ 2º Para efeitos desta Portaria, considera-se:

I - ambiente de controle - conjunto de normas, processos e estrutura que fornece a base para a condução do controle interno no órgão ou entidade;

II - avaliação de riscos - processo dinâmico e interativo que visa a identificar, a avaliar e a mensurar os riscos relevantes que possam comprometer a integridade do órgão ou entidade e o alcance das metas e dos objetivos organizacionais;

III - atividades de controle - conjunto de ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que auxiliam o órgão ou entidade a mitigar os riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos traçados;

IV - informação - processo de validação da consistência, documentação e guarda dos registros gerados a partir das atividades de controle interno necessárias para que o órgão ou entidade alcance seus objetivos;

V - comunicação - processo contínuo de compartilhamento e obtenção de informações que possibilita a compreensão do órgão ou entidade sobre as responsabilidades de controle interno e sua importância; e

VI - atividades de monitoramento - conjunto de ações destinadas a acompanhar e avaliar a eficácia dos controles internos.

Art. 11. Os relatórios de auditoria conterão, no mínimo:

I - objetivos da auditoria;

II - escopo do trabalho;

III - critérios de análise utilizados, as causas, as consequências constatadas e as recomendações que visam a aprimorar os controles avaliados, para o saneamento de impropriedades ou irregularidades porventura identificadas em cada achado de auditoria; e

IV - conclusão dos trabalhos, com base nos achados de auditoria.

Art. 12. As unidades de auditoria interna deverão informar ao respectivo órgão de controle interno, preferencialmente em meio eletrônico, a finalização do relatório de auditoria em até 30 (trinta) dias após sua conclusão.

Parágrafo único. Os órgãos de controle interno poderão requisitar, a qualquer momento, os relatórios produzidos pelas unidades de auditoria interna.

Art. 13. As unidades de auditoria interna, ao final de cada trabalho realizado, enviarão, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo do órgão ou entidade.

CAPÍTULO III

DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA

Art. 14. A apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna será efetuada por meio do RAINT, que conterá o relato das atividades de auditoria interna executadas.

Art. 15. O RAINT conterá, no mínimo:

I - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados de acordo com o PAINT;

II – análise consolidada acerca do nível de maturação dos controles internos do órgão ou entidade, com base nos trabalhos realizados, identificando as áreas que apresentaram falhas relevantes e indicando as ações promovidas para regularização ou mitigação dos riscos delas decorrentes;

III - descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT, indicando sua motivação e seus resultados;

IV – relação dos trabalhos de auditoria previstos no PAINT não realizados ou não concluídos, com as justificativas para a sua não execução e, quando aplicável, com a previsão de sua conclusão;

V - descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;

VI – descrição das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de servidores capacitados, carga horária, temas e a relação com os trabalhos programados;

VII - quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificativas do gestor; e

VIII – descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício.

Art. 16. O RAINT será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno até o último dia útil de fevereiro de cada ano, após a apreciação pelo Conselho de Administração ou instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

CAPITULO IV DO MONITORAMENTO

Art. 17. As unidades de auditoria interna manterão controle, preferencialmente por sistema informatizado, das recomendações expedidas pela própria auditoria interna, pelos órgãos de controle interno e externo e, quando for o caso, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho de Administração ou por outros órgãos ou entidades de regulação e fiscalização

§ 1º As unidades de auditoria interna apresentarão ao Conselho de Administração ou à instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo da organização, mensalmente, relatório gerencial sobre a situação das recomendações referidas no caput.

§ 2º Deverão constar do relatório gerencial as justificativas dos gestores para cada recomendação não implementada ou implementada parcialmente, com indicação de prazo para sua efetivação.

§ 3º Os relatórios gerenciais referidos no § 1º ficarão à disposição dos órgãos de controle.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Compete à unidade de auditoria interna conhecer e intermediar, quando necessário, os trabalhos de auditoria realizados pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 19. Em até 30 (trinta) dias da sua conclusão os RAINT deverão estar publicados na página do órgão ou entidade na internet em local de fácil acesso pelos órgãos e cidadãos

interessados, assegurada a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Fica revogada a Instrução Normativa nº 07, de 29 de dezembro de 2006.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

ANEXO II

Auditória Interna - orçamento 2017

	mês	Ano
Pessoal	110.000,00	1.430.000,00
Encargos	55.000,00	715.000,00
Material expediente	240,00	2.880,00
Tecnologia	360,00	4.320,00
Capacitação	2.400,00	28.800,00
Total	168.000,00	2.181.000,00

Orçamento HCPA	94.512.602,54	1.134.151.230,48
----------------	---------------	------------------

%	0,19
---	------

Número de horas	12.420
-----------------	--------

Valor hora (médio)	175,60
--------------------	--------

ANEXO III

Auditória Interna - Plano de treinamento - 2017

Área	Valor previsto
Licitações e Contratos	3.600,00
Gestão Pública	8.400,00
Gestão de Pessoas	4.800,00
Gestão de TI	4.800,00
Gestão de Riscos	3.600,00
Gestão de Execução de Contratos	3.600,00
Total	28.800,00



ANEXO IV

CRONOGRAMA ANUAL - 2017

Nº.	TÍTULO DA ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	Gestão Financeira	70	50	80	60	80	70	75	85	60	65	55	40	790
2	Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços	70	50	70	50	75	60	76	80	55	65	55	40	746
3	Gestão de Riscos Corporativos	80	40	100	90	100	20	105	110	100	90	80	25	940
4	Gestão de Execução de Contratos	30	30	35	30	35	20	40	50	30	40	25	30	395
5	Gestão de Engenharia	40	26	40	30	65	45	60	70	45	55	45	35	556
6	Gestão Contábil	65	50	48	20	20	20	20	20	20	20	20	20	343
7	Gestão de Receitas	65	40	70	50	75	60	70	75	50	65	55	40	715
8	Gestão de Governança de Tecnologia da Informação	35	20	35	25	25	80	35	35	25	30	25	80	450
9	Gestão de Custos / Despesas	65	50	70	50	75	60	70	75	50	65	55	40	725
10	Gestão Assistência	70	68	80	60	100	56	75	85	50	65	50	40	799
11	Gestão de Pessoas	130	70	130	100	120	80	120	130	100	100	80	70	1230
12	Gestão de Governança Corporativa	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	240
13	Licitações e Contratos	130	80	130	100	137	80	120	130	100	100	80	70	1257
14	Gestão Tributária	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	120
15	Gestão de Bens Patrimoniais	65	30	70	50	75	60	70	80	55	65	55	40	715
16	Gestão Pesquisa	0	0	0	0	0	60	0	0	0	0	0	60	120
17	Gestão Ensino	0	0	0	0	0	60	0	0	0	0	0	60	120
18	Gestão de Hotelaria	40	26	40	30	60	50	60	70	45	55	40	35	551
19	Gestão de Auditoria	70	50	70	60	75	60	70	73	59	76	70	55	788
20	Capacitação	57	30	70	53	85	85	80	90	70	70	60	70	820
	TOTAL	1112	740	1168	888	1232	1056	1176	1288	944	1056	880	880	12420



Objeto	Num.	Avaliação sumária	Origem da demanda	Objetivos da auditoria	Escopo do trabalho	Iniciativas estratégicas conforme plano	Riscos associados ao objeto	Risco macro-processo	Cronograma	Local dos trabalhos	Horas-homem	Recursos humanos a serem empregados e Conhecimentos específicos
Gestão Financeira	1	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros e contábeis	Gestão da Unidade	Verificar e acompanhar o desempenho da gestão financeira e orçamentária da entidade	Comprovar mediante exames das operações, documentação comprovatória, controles internos a conformidade da aplicação e gerenciamento dos recursos da entidade, dentro dos princípios constitucionais que regem a administração pública federal, bem como a correta aplicação de normas legais da gestão financeira e orçamentária. Serão avaliados 10% dos registros	2.1.1; 2.2.1; 3.5.2.	Fragilidade na aplicação dos controles. Comprometimento na gestão de receitas e despesas. Aplicação incorreta de normas e legislação. Prejuízo financeiro e aplicação inadequada dos recursos.	6.06	02/01/2017 - 29/12/2017	contabilidade	746	Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática
Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços	2	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros e físicos dos materiais garantindo seu melhor aproveitamento	Gestão da Unidade	Verificar e acompanhar o desempenho da gestão de suprimentos, formação dos estoques, custos e despesas	Examinar as operações de compra, estocagem e movimentação de materiais. Observância da Lei de Licitações, adequação dos controles internos e demais normas legais e fiscais na gestão de suprimentos. Acompanhar os inventários realizados no período. Verificar a correção formação dos valores de estoques, custos e despesas. Serão avaliadas 10% das movimentações	2.2.1.	Aquisição de bens e serviços com preços inadequados. Controle inadequado dos estoques gerando falta ou excesso de recursos. Armazenamento e conservação inadequado dos materiais. Aplicação inadequada de controles internos.	4.85	02/01/2017 - 29/12/2017	Gerência de Suprimentos	940	Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática
Gestão de Riscos Corporativos	3	Avaliação da aplicação da legislação, normas e metodologia na gestão corporativa do gerenciamento de riscos e seus resultados.	Gestão da Unidade	Exame da aplicação das práticas e estratégias de gestão de riscos corporativos	Avaliação dos processos de gestão de riscos corporativos. Avaliação da matriz de riscos das unidades. Avaliação do processo de dimensionamento, identificação e classificação dos riscos. Avaliação do processo de tratamento e monitoramento dos riscos. Serão examinados 30% dos registros e procedimentos	Todos	Avaliação inadequada dos riscos. Deficiência a de associar os riscos corporativos.	4.72	02/01/2017 - 29/12/2017	Unidades	240	Conhecimentos de metodologias, normas, legislação, técnicas de auditoria e políticas de gestão de riscos corporativos
Gestão de Execução de Contratos	4	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros e físicos garantindo melhor aproveitamento dos recursos	Gestão da Unidade	Exame do cumprimento das metas e metas estabelecidas nos contratos	Exame do cumprimento das metas e obrigações contratuais estabelecidas e da aplicação adequada dos recursos. Serão avaliados 30% dos contratos.	2.2.1.	Deficiência no atendimento das metas do contrato gerando prejuízo para as áreas atendidas. Perda de qualidade nos serviços. Prejuízo financeiro e imagem.	4.62	02/01/2017 - 29/12/2017	Auditoria	799	Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática

Gestão de Engenharia	5	Atender legislação e certificar a eficiência, segurança, aproveitamento dos recursos e execução de serviços de engenharia	Gestão da Unidade	Exame do cumprimento de normas, legislação e execução de serviços propostos	Verificação da aplicação e execução dos serviços propostos de engenharia através do acompanhamento de sua execução, análise de documentos, sistema de informação e aplicação das normas e dispositivos legais. Serão examinados 10% dos registros e procedimentos	2.2.1; 3.3.2; 3.5.1; 3.5.2; 4.3.2.	Inadequada execução dos serviços. Deficiência nos critérios de contratações. Comprometimento com segurança, financeiro e imagem.	4.41	02/01/2017 - 29/12/2017	Gerência de Engenharia	1257	Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, sistemas aplicativos da entidade, informática e políticas de segurança
Gestão Contábil	6	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles contábeis	Gestão da Unidade	Examinar e emitir parecer sobre estes relatórios e demonstrações contábeis mensais	Verificar e avaliar da situação econômico-financiera da entidade, o resultado das operações do exercício e o resultado das operações mensais e medianas exame seletivo e amostral das operações, tendo em vista os aspectos e relevância, materialidade e grau de risco, visando comprovar, e acompanhar a sua adequação à legalidade, economicidade, eficácia e eficiência, bem como acompanhar o desempenho da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, de conformidade com as leis, normas legais e princípios constitucionais da gestão dos recursos públicos. Verificar a conformidade dos princípios fundamentais de contabilidade aplicados a elaboração das demonstrações contábeis. Serão examinadas 20% das operações.	2.1.1; 2.2.1;	Deficiência dos controles internos quanto ao atendimento de normas e legislação na gestão dos recursos públicos. Resultado de análises contábeis podem ser prejudicados pela aplicação inadequada dos controles orçamentários, patrimoniais e financeiros	4.30	02/01/2017 - 29/12/2017	Contabilidade	715	Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática
Gestão de Receitas	7	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros garantindo seu melhor relacionamento entre receita e despesa	Gestão da Unidade	Verificar e acompanhar o desempenho da gestão operacional e financeira das geradas nos documentos e controles administrativas, de acordo com convênios, contratos celebrados com os agentes externos envolvidos na operações geradoras das receitas. Verificar os controles internos e legalidade no desempenho da gestão operacional das receitas de prestação de serviços hospitalares. Serão examinados 30% dos registros	2.1.1; 2.2.1; 3.5.2; 4.4.1.	Deficiência e perdas nas aplicações de geração de receitas. Deficiência na aplicação e destino de receitas. Deficiência na aplicação dos controles internos e aplicação de processos internos, normas e legislação.	4.28	02/01/2017 - 29/12/2017	Gerência Financiera e Administrativa	556	Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática	



Gestão de Governança de Tecnologia da Informação	8	Garantir melhor eficiência, segurança e adequação dos recursos de TI	<p>Análise das práticas de gestão da governança de TI. Avaliação de contratos e serviços de TI. Análise da privacidade, operacionalidade e segurança de cada sistema, método de recuperação.</p> <p>segurança física e lógica das informações e sistemas corporativos geradas nos sistemas corporativos.</p> <p>segurança física e lógica das informações e sistemas corporativos. Serão examinados 20% dos registros e procedimentos.</p>	<p>Avaliação das práticas aplicáveis à governança de TI. Avaliação de projetos, gestão de contratos e serviços de TI. Análise da privacidade, operacionalidade e segurança de cada sistema, método de recuperação.</p> <p>segurança física e lógica das informações e sistemas corporativos geradas nos sistemas corporativos.</p> <p>segurança física e lógica das informações e sistemas corporativos. Serão examinados 20% dos registros e procedimentos.</p>	<p>Ineficiência nos serviços prestados; Descontinuidade dos serviços de sistemas informáticos; Comprometimento de segurança física e lógica das informações e sistemas corporativos geradas nos sistemas corporativos.</p> <p>segurança física e lógica das informações e sistemas corporativos. Serão examinados 20% dos registros e procedimentos.</p>	<p>3.1.1; 3.4.1; 3.11; 3.5.2; 4.00</p>	4.22	02/01/2017 - 29/12/2017	Coordenadoria de Gestão e Tecnologia da Informação
Gestão de Custos / Despesas	9	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros garantindo seu melhor relacionamento entre receita e despesa.	<p>Gestão da Unidade</p>	<p>Verificar e acompanhar o desempenho da gestão operacional e financeira das despesas de prestação de serviços hospitalares e outras despesas e custos hospitalares e custos</p>	<p>Examinar a conformidade das despesas de prestação de serviços, materiais e demais despesas operacionais do exercício com base nos documentos e controles gerados nas áreas operacionais e administrativas, de acordo com convênios, contratos celebrados com os agentes, fornecedores envolvidos na operações geradoras das despesas. Verificar os controles internos e legalidade no desempenho da gestão operacional das despesas de prestação de serviços hospitalares. Serão avaliados 30% dos registros e documentos.</p>	<p>Avaliação inadequada da aplicação dos recursos; Deficiência nos controles e convênios gerando prejuízo financeiro e na qualidade dos produtos e serviços prestados;</p>	4.00	02/01/2017 - 29/12/2017	Gerência Financeira e Administrativa
Gestão Assistência	10	Avaliação das áreas assistenciais quanto aos aspectos de processos, controles internos, resultados, recursos humanos, materiais e patrimoniais	<p>Gestão da Unidade</p>	<p>Exame do cumprimento das metas de gestão, processos, controles internos e indicadores de desempenho</p>	<p>Exame das áreas assistenciais através da avaliação dos planos de atividades, fluxos operacionais, legislação, normas e suas aplicações. Avaliação e verificação da aplicação dos controles internos administrativos e financeiros. Serão examinados 10% dos registros e processos.</p>	<p>Deficiência na observação e aplicação de normas, protocolos e fluxos operacionais; Comprometimento com a qualidade dos serviços de Saúde; Deficiência nos controles internos e gestão dos recursos;</p>	4.00	02/01/2017 - 29/12/2017	Unidades
Gestão Pessoas	11	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros garantindo melhor aproveitamento dos recursos.	<p>Gestão da Unidade</p>	<p>Verificar a adequação da folha de pagamento e recolhimento de encargos sociais e fiscais.</p>	<p>Examinar a contratação de pessoal registras, controles e documentos necessários para elaboração da folha de pagamento do HCPASIAPE, bem como dos encargos sociais e fiscais do exercício e seu recolhimento</p>	<p>tempo. Verificação do cumprimento da legislação prividenciária, fiscal e trabalhistas e demais normas aplicáveis a gestão de pessoal. Examinar os registros contábeis e orçamentários dos gastos com pessoal e encargos. São examinados 30% dos registros</p>	3.80	02/01/2017 - 29/12/2017	Gestão de Pessoas



Gestão de Governança Corporativa	12	Certificar a eficiência e exatidão das informações. Avaliação, conformidade e consultoria das políticas, atividades, e procedimentos relacionadas com programas de acreditação.	Gestão da Unidade	Exame do cumprimento das metas e análise dos Indicadores de Gestão. Apoiar a administração na busca e manutenção da acreditação de acordo com os padrões dos programas identificando melhorias com	Avaliação do desenvolvimento das metas através da análise de indicadores e planos de ação. Exame da conformidade e consultoria de políticas, atividades, planos e procedimentos padronizados relacionados com programas de acreditação através de um programa que contempla todas as áreas passíveis de acreditação, agrupando estas unidades por características aíns, com a colaboração dos departamentos que cederão parte do	3.1.1, 3.2.1, 3.2.2, 3.3.1, 3.3.2, 3.4.1.	Comprometimento da exatidão das informações. Deficiência na aplicação dos procedimentos para atingimento das metas de gestão. Deficiência na aplicação dos controles para atingimento das metas de gestão;	3.76 02/01/2017 - 29/12/2017 Unidades
Licitações e Contratos	13	Atender à legislação e certificar a eficiência dos controles internos garantindo melhor forma de aplicação dos processos.	Gestão da Unidade	Acompanhamento preventivo e a posterior dos Processos Licitatórios. Verificação da execução dos contratos de suprimentos de bens e serviços.	Verificar a conformidade legal dos Processos Administrativos de Compras, dentro dos dispositivos da Lei de Licitações e demais normas complementares, visando corrigir eventuals faltas legais ou administrativas bem como, acompanhar a correta executaçao dos contratos de fornecimento de bens e serviços. Serão examinados 5,0% dos processos de compras.	2.2.1	Aquisição de bens e serviços com preços incompatíveis com o mercado ou com a qualidade dos resultados. Intempestividade da solicitação de materiais, bens ou serviços pelas áreas solicitantes e a	3.75 02/01/2017 - 29/12/2017 Gerência de Suprimentos
Gestão Tributária	14	Atender à legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros garantindo seu melhor relaçao entre receita e despesa.	Gestão da Unidade	Verificar e acompanhar o desempenho da gestão dos Impostos e Contribuições Sociais.	Examinar a conformidade dos Impostos e Contribuições Sociais do exercício com base nos documentos e controles gerados nas áreas operacionais e administrativas. Verificar os controles internos e legalidade no desempenho da gestão operacional dos Impostos e Contribuições Sociais. Serão examinados 10% dos registros	2.2.1	Atendimento inadequado às obrigações fiscais, impostos e tributos resultando em prejuizo financeiro.	3.58 02/01/2017 - 29/12/2017 Gerência Financeira e Administrativa
Gestão de Bens Patrimoniais	15	Atender à legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros e físicos garantindo melhor aproveitamento dos bens imobilizados.	Gestão da Unidade	Verificar a adequação dos registros e controles patrimoniais.	Examinar os registros e controles patrimoniais, aquisições, baixas e outras movimentações do exercício, bem como a realização e acompanhamento de inventários e inspeções físicas dos bens. Verificar o atendimento a normas legais e o acompanhamento da gestão operacional dos bens patrimoniais. Serão avaliadas 50% das registros	4.3.2	Uso inadequado dos bens patrimoniais; Deficiência na conservação e manutenção dos bens. Deficiência dos controles internos e aplicação de normas e procedimentos. Prejuizo financeiro, Imagem e credibilidade.	3.36 02/01/2017 - 29/12/2017 Gerência Financeira
Gestão Pesquisa	16	Avaliação das áreas de pesquisa quanto aos aspectos de processos, controles internos, recursos humanos, materiais e patrimoniais	Gestão da Unidade	Exame do cumprimento das metas de gestão, processos, controles internos e indicadores de desempenho	Exame das áreas de pesquisa através da avaliação dos planos de atividades, fluxos operacionais, legislação, normas e suas aplicações. Avaliação e verificação da aplicação dos controles internos administrativos e financeiros. Serão examinados 10% dos registros e processos.	1.3.2	Deficiência na qualidade dos resultados. Deficiência na gestão dos recursos.	3.29 01/06/2017 - 30/09/2017 Unidades 01/11/2017 - 29/12/2017



Gestão Ensino	17	Avaliação das áreas de ensino quanto aos aspectos de processos, controles internos, resultados, recursos humanos, materiais e patrimoniais	Gestão da Unidade	Exame do cumprimento das metas de gestão, processos, controles internos e indicadores de desempenho	Exame das áreas de ensino através da avaliação dos planos de atividades, fluxos operacionais, legislação, normas e suas aplicações. Avaliação e verificação da aplicação dos controles internos administrativos e financeiros. Serão examinados 10% dos registros e processos.	1.3.1.	Deficiência na qualidade dos resultados. Deficiência na gestão dos recursos.	3.29	01/06/2017 - 30/06/2017 01/12/2017 - 29/12/2017	Unidades	551 Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria e administrativa, sistemas aplicativos da entidade e informática.
Gestão de Hotelaria	18	Atender legislação e certificar a eficiência dos controles financeiros, físicos e pessoas, garantindo melhor aproveitamento e qualidade dos serviços prestados.	Gestão da Unidade	Exame do cumprimento de normas, legislação e execução de serviços.	Verificação e acompanhamento das atividades e prestação de serviços através do acompanhamento de sua execução, análise de documentos, sistema de informação e aplicação das normas e dispositivos legais. Serão examinados 10% dos registros.	1.2.1; 3.5.1;	Deficiência na qualidade dos serviços prestados. Comprometimento da segurança. Deficiência na execução de protocolos, fluxos operacionais e atendimento à legislação e normas.	3.12	02/01/2017 - 29/12/2017	Gerência de Hotelaria	120 Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, sistemas aplicativos da entidade, informática e políticas de segurança.
Gestão de Auditoria	19	Mantener assessoramento diverso nas áreas em relação a leis, normas, decisões e outras metodologias. Certificar a aplicação das recomendações das auditorias externas	Gestão da Unidade	Assessoramento Técnico e Coordenação. Exame do cumprimento das recomendações das auditorias externas	Assessoramento técnico aos gestores e coordenação dos trabalhos de auditoria interna. Exame e avaliação do cumprimento e implantação das recomendações junto às áreas envolvidas.	Não se aplica como gestão	Deficiência na aplicação de critérios de avaliação dos objetivos. Deficiência no assessoramento às áreas internas e auditorias externas. Deficiência na avaliação e acompanhamento de recomendações.	2.30	02/01/2017 - 29/12/2017	Auditoria	788 Conhecimentos de legislação, técnicas gerenciais, de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática
Capacitação	20	Garantir atualização do pessoal para o melhor desempenho das atividades	Gestão da Unidade	Qualificação e atualização técnica do grupo de auditores	Treinar os auditores visando o aprimoramento e qualificação técnica para melhor desempenhar as atividades funcionais e cumprimento dos objetivos institucionais e no sentido de zelar pela gestão pública de qualidade e voltada para satisfazer as necessidades dos cidadãos.	4.2.1	Deficiência na avaliação de necessidades de qualificação. Deficiência na qualidade da qualificação	2.30	02/01/2017 - 29/12/2017	Auditoria	820 Conhecimentos de legislação, técnicas de auditoria, contábeis, administrativas e financeiras, sistemas aplicativos da entidade e informática



MATRIZ DE RISCOS

Objeto	Num.	Risco identificado				Impacto	Probabilidade	Risco final	Risco macro-processo	Impacto	Probabilidade	Criterios de Impacto			Criterios de Probabilidade				
			I.1	I.2	I.3							I.4	I.5	I.6	I.7	P.1	P.2	P.3	
Gestão Financeira	1	Fragilidade na aplicação dos controles; Comprometimento na gestão de receitas e despesas; Aplicação incorreta de normas e legislação; Prejuízo financeiro e aplicação inadequada dos recursos;	Médio	Média	7,43	2,92	2,55	2	3	3	3	0	3	1	2	4	2	1	4
Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços	2	Aquisição de bens e serviços com preços inadequados; Controle inadequado dos estoques gerando falta ou excesso de recursos; Armazenamento e conservação inadequada dos materiais; Aplicação inadequada de controles internos, normas e legislação; Prejuízo financeiro; Avaliação inadequada dos riscos;	Médio	Baixa	4,69	6,06	2,92	1,80	2	3	3	0	3	1	2	4	2	1	1
Gestão de Riscos Corporativos	3	Deficiência de associar os riscos corporativos; Deficiência no atendimento das metas do contrato gerando prejuízo para as áreas atendidas;	Alto	Baixa	5,98	4,85	3,02	1,23	2	2	3	2	0	3	1	2	4	2	1
Gestão de Execução de Contratos	4	Perda de qualidade nos serviços oferecidos; Deficiência na aplicação dos controles internos e aplicação de processos internos, normas e legislação;	Alto	Baixa	5,66	4,62	3,15	1,23	3	3	2	0	3	1	2	4	2	1	1
Gestão de Engenharia	5	Inadequada execução dos serviços; Deficiência nos critérios de contratações; Comprometimento com segurança, financeiro e imagem;	Alto	Baixa	4,62	4,41	3,25	1,42	3	3	3	0	3	1	2	4	2	1	1
Gestão Contabil	6	Deficiência dos controles internos quanto ao atendimento de normas e legislação na gestão dos recursos públicos; Resultado de análises contábeis podem ser prejudicados pela aplicação inadequada dos controles orçamentários, patrimoniais e financeiros;	Médio	Média	5,11	4,30	2,17	2,36	2	2	2	0	2	1	2	4	2	1	1
Gestão de Receitas	7	Deficiência e perdas nas aplicações de geração de receitas; Deficiência na aplicação e destino de receitas;	Alto	Baixa	4,48	3,15	1,42	3	2	3	0	3	1	2	4	2	1	2	0
Gestão de Governação de Tecnologia da Informação	8	Descontinuidade dos serviços de sistemas informáticos; Comprometimento de segurança física e lógica das informações e equipamentos;	Alto	Baixa	4,48	3,15	1,42	3	2	3	0	3	1	2	4	2	1	0	1
Gestão de Custos / Despesas	9	Indisponibilidade de sistemas e equipamentos;	Alto	Baixa	4,34	3,35	1,30	3	4	3	3	0	3	1	1	2	1	1	0
Gestão Assistência	10	Deficiência na observação e aplicação de normas, protocolos e fluxos operacionais;	Médio	Baixa	3,52	4,00	3,35	0,92	3	4	3	3	0	3	1	1	4	2	1
Gestão de Pessoas	11	Comprometimento com a qualidade dos serviços de saúde; Deficiência nos controles internos e gestão dos recursos;	Alto	Baixa	4,55	2,82	3,35	1,36	3	2	3	3	3	1	1	3	1	0	4
		Contratação de pessoal em desacordo com legislação e normas do serviço público.	Médio	Baixa	3,92	4,00	2,82	1,48	3	3	3	0	3	1	1	3	1	0	1
		Pagamento indevido ou falta de pagamento de valores fiscais, impostos e tributos;	Médio	Baixa	3,73	2,32	1,61	2	2	3	0	3	1	2	4	2	1	1	1
		Deficiência na aplicação dos controles internos e legislação de processos internos, normas e legislação;	Médio	Baixa	6,33	2,32	2,73	2	2	1	2	3	0	3	1	2	4	2	1
		Riscos de reclamatórias trabalhistas;	Médio	Baixa	2,86	2,32	1,23	2	2	1	2	3	0	3	1	2	4	2	1
		Prejuízo financeiro de satisfação dos funcionários;	Médio	Baixa	2,86	2,32	1,23	2	2	1	2	3	0	3	1	2	4	2	1



		Comprometimento da exatidão das informações;	Médio	Baixa	3,97	2,47	1,61	2 / 2	3 / 2	0 / 2	1 / 2	4 / 2	2 / 1	1 / 1	1 / 1	1 / 1
		Deficiência na aplicação dos procedimentos para atingimento das metas de gestão;	Médio	Baixa	3,43	3,76	2,42	1,42	2 / 2	2 / 2	0 / 3	1 / 2	4 / 2	2 / 1	1 / 0	1 / 1
		Deficiência na aplicação dos controles para atingimento das metas de gestão;	Médio	Baixa	3,89	2,42	1,61	2 / 2	2 / 2	0 / 3	1 / 2	4 / 2	2 / 1	2 / 0	1 / 1	
Gestão de Governança Corporativa	12	Aquisição de bens e serviços com preços incompatíveis com o mercado ou com a qualidade dos resultados;	Alto	Baixa	3,76	3,05	1,23	3 / 3	3 / 2	0 / 3	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
Licitações e Contratos	13	Intempestividade da solicitação de materiais, bens ou serviços pelas áreas solicitantes e a aquisição ou contratação gerando falta ou excesso desnecessário;	Alto	Baixa	3,76	3,05	1,23	3 / 3	3 / 2	0 / 3	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
Gestão de Contratos	14	Deficiência na aplicação dos controles internos e aplicação de processos internos, normas e legislação;	Alto	Baixa	3,76	3,05	1,23	3 / 3	3 / 2	0 / 3	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
Gestão Tributária	15	Prejuízo financeiro e imagem;	Médio	Baixa	3,58	2,52	1,42	2 / 2	3 / 2	0 / 3	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 1	1 / 1	
Gestão de Bens Patrimoniais	16	Atendimento inadequado às obrigações fiscais, impostos e tributos resultando em prejuízo financeiro;	Médio	Baixa	2,92	2,37	1,23	2 / 2	3 / 2	0 / 2	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
Gestão de Pesquisa	17	Uso inadequado dos bens patrimoniais;	Médio	Baixa	2,92	2,37	1,23	2 / 2	3 / 2	0 / 2	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
Gestão Ensino	18	Deficiência na conservação e manutenção dos bens, equipamentos, imóveis, instalações e mobiliário;	Médio	Baixa	4,69	3,36	2,37	1,98	2 / 2	3 / 2	0 / 2	1 / 2	4 / 2	1 / 1	4 / 0	1 / 1
Gestão de Hotelaria	19	Prejuízo financeiro, imagem e credibilidade;	Médio	Baixa	2,92	2,37	1,23	2 / 2	3 / 2	0 / 2	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
Gestão de Auditoria	20	Deficiência na qualidade dos resultados;	Alto	Muito Baixa	3,29	3,29	3,35	0,98	3 / 3	2 / 3	3 / 3	1 / 1	3 / 1	1 / 0	0 / 0	1 / 1
Capacitação		Deficiência na gestão dos recursos;	Alto	Muito Baixa	3,29	3,29	3,35	0,98	3 / 3	2 / 3	3 / 3	1 / 1	3 / 1	1 / 0	0 / 0	1 / 1
		Deficiência na qualidade dos resultados;	Alto	Muito Baixa	3,29	3,29	3,35	0,98	3 / 3	2 / 3	3 / 3	1 / 1	3 / 1	1 / 0	0 / 0	1 / 1
		Deficiência na gestão dos recursos;	Alto	Muito Baixa	3,29	3,29	3,35	0,98	3 / 3	2 / 3	3 / 3	1 / 1	3 / 1	1 / 0	0 / 0	1 / 1
		Deficiência na qualidade dos serviços prestados;	Médio	Baixa	3,51	2,37	1,48	2 / 2	2 / 2	1 / 2	4 / 2	2 / 1	0 / 0	3 / 1		
		Comprometimento da segurança;	Médio	Baixa	2,92	3,12	2,37	1,23	2 / 2	2 / 2	1 / 2	4 / 2	2 / 1	0 / 0	1 / 1	
		Deficiência na execução de protocolos, fluxos operacionais e atendimento a legislação e normas;	Médio	Baixa	2,92	2,37	1,23	2 / 2	2 / 2	1 / 2	4 / 2	1 / 1	0 / 0	1 / 1		
		Deficiência na aplicação de critérios de avaliação dos objetivos;	Baixo	Baixa	2,30	1,97	1,17	2 / 1	2 / 1	0 / 2	1 / 2	4 / 1	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
		Deficiência no assessoramento às áreas internas e auditorias externas;	Baixo	Baixa	2,30	2,30	1,97	1,17	2 / 1	2 / 1	0 / 2	1 / 2	4 / 1	1 / 1	0 / 0	1 / 1
		Deficiência na avaliação e acompanhamento de recomendações;	Baixo	Baixa	2,30	1,97	1,17	2 / 1	2 / 1	0 / 2	1 / 2	4 / 1	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
		Deficiência na avaliação de necessidades de qualificação;	Baixo	Baixa	2,30	1,97	1,17	2 / 1	2 / 1	0 / 2	1 / 2	4 / 1	1 / 1	0 / 0	1 / 1	
		Deficiência na qualidade da qualificação	Baixo	Baixa	2,30	1,97	1,17	2 / 1	2 / 1	0 / 2	1 / 2	4 / 1	1 / 1	0 / 0	1 / 1	

Critérios de classificação de riscos				
1.Impacto				
Critério	Descrição	Valor	Peso %	
I.1.Relação com atividade fim	Pouca repercussão com Assistência, Ensino e Pesquisa.	1	20	
	Moderada repercussão com Assistência, Ensino e Pesquisa.	2		
	Grande repercussão com Assistência, Ensino e Pesquisa.	3		
I.2.Continuidade	Pequeno aumento no tempo de execução dos processos	1	10	
	Interrupção de algum processo por curto intervalo de tempo	2		
	Interrupção processos por moderado intervalo de tempo	3		
	Interrupção processos por prolongado intervalo de tempo	4		
	Interrupção processos por indeterminado intervalo de tempo	5		
I.3.Patrimônio	Sem dano	1	20	
	Danos leves e facilmente recuperáveis	2		
	Danos médios envolvendo recursos	3		
	Grandes danos envolvendo muitos recursos	4		
	Grandes danos e irrecuperáveis	5		
I.4.Imagem	Reclamações, preocupações localizadas, ou sem cobertura de mídia.	1	10	
	Reclamações limitadas e pequenas crises internas; ou cobertura de mídia local limitada.	2		
	Reclamações e crises generalizadas; ou cobertura de mídia local significativa; ou possível impacto na reputação política ou social.	3		
	Grandes crises, greves; ou cobertura de mídia no estado ou região sul; ou impacto significativo na reputação política ou social.	4		
	Parada total, ou cobertura de mídia nacional/internacional, ou grande impacto na reputação política ou social.	5		
I.5.Integridade de pessoas	Sem consequências à integridade da pessoa.	1	10	
	Alguma consequência à integridade física ou moral da pessoa.	2		
	Moderada consequência à integridade física ou moral da pessoa.	3		
	Grave consequência à integridade física ou moral da pessoa.	4		
	Irrecuperável consequência à integridade física ou moral da pessoa.	5		
I.6.Meio ambiente	Descarte de resíduos sem danos ao ambiente	1	10	
	Descarte ou produção de substâncias levemente poluentes	2		
	Descarte ou produção de substâncias químicas, biológicas e radioativas com consequências moderadas	3		
	Descarte ou produção de substâncias químicas, biológicas e radioativas com consequências graves	4		
	Descarte ou produção de substâncias químicas, biológicas e radioativas com consequências calamitosas	5		
I.7.Financeiro	R\$0,00 - não existe impacto	1	20	
	R\$0,01 até R\$50.000,00	2		
	R\$50.000,01 até R\$500.000,00	3		
	Acima de 500.000,00	4		
2.Probabilidade				
Critério	Descrição	Valor	Peso %	
P.1.Controles Internos	Inexistentes	4	20	
	Poucos controles	3		
	Controles intermediários	2		
	Controles abrangentes	1		
P.2.Metodologia de gestão de risco	Não usado	4	10	
	Alguns critérios e metodologia	3		
	Uso moderado de metodologia	2		
	Uso avançado de metodologia	1		
P.3.Sistema informatizado de gestão de risco	Não existe sistema informatizado	4	5	
	Pouco usado	3		
	Moderadamente usado	2		
	Uso abrangente	1		
P.4.Capacitação em gestão de riscos corporativos	Sem qualquer capacitação	4	5	
	Pouca capacitação	3		
	Moderada capacitação	2		
	Grande capacitação	1		
P.5.Segurança da informação	Poucos procedimentos ou inexistentes	3	5	
	Moderados procedimentos	2		
	Avançados procedimentos	1		
	1 apontamento formal	1		
P.6.Apontamentos da Auditoria Interna em exercício anterior	2 apontamentos formais	2	15	
	3 apontamentos formais	3		
	4 ou mais apontamentos formais ou apontamento grave	4		
	1 apontamento formal	1		
P.7.Apontamentos das Auditorias Externas em exercício anterior	2 apontamentos formais	2	15	
	3 apontamentos formais	3		
	4 ou mais apontamentos formais ou apontamento grave	4		
	Sem denúncias	1		
P.8.Denúncias na Ouvidoria	1 denúncia	2	10	
	2 denúncias	3		
	Mais de 2 denúncias	4		
	1 ano	1		
P.9.Número de anos desde a última auditoria efetuada	2 anos	2	15	
	3 anos	3		
	4 anos	4		
	Mais de 4 anos	5		



Classificação da Matriz de Riscos

Índice de impacto

$$= \left(\frac{I.1}{3} \times \text{peso1} + \frac{I.2}{5} \times \text{peso2} + \frac{I.3}{5} \times \text{peso3} + \frac{I.4}{5} \times \text{peso4} + \frac{I.5}{5} \times \text{peso5} \right. \\ \left. + \frac{I.6}{5} \times \text{peso6} + \frac{I.7}{4} \times \text{peso7} \right) / 100 \times 5$$

Classificação do Impacto	
Índice de Impacto	Classificação
0 a 1	Muito baixo
maior que 1 até 2	Baixo
maior que 2 até 3	Médio
maior que 3 até 4	Alto
maior que 4 até 5	Muito alto

Índice de probabilidade

$$= \left(\frac{P.1}{4} \times \text{peso1} + \frac{P.2}{4} \times \text{peso2} + \frac{P.3}{4} \times \text{peso3} + \frac{P.4}{4} \times \text{peso4} + \frac{P.5}{3} \times \text{peso5} \right. \\ \left. + \frac{P.6}{4} \times \text{peso6} + \frac{P.7}{4} \times \text{peso7} + \frac{P.8}{4} \times \text{peso8} + \frac{P.9}{5} \times \text{peso9} \right) / 100 \times 5$$

Classificação do Probabilidade	
Índice de Probabilidade	Classificação
0 a 1	Muito baixo
maior que 1 até 2	Baixo
maior que 2 até 3	Médio
maior que 3 até 4	Alto
maior que 4 até 5	Muito alto

$$\text{Risco final} = \text{Coeficiente Impacto} \times \text{Coeficiente Probabilidade}$$

$$\text{Risco macroprocesso} = \text{Média aritmética dos riscos finais de cada macroprocesso}$$



Perspectivas do Planejamento Estratégico

1. Perspectiva: Clientes

Objetivo estratégico	Iniciativas estratégicas
1.1 Comprometimento com Políticas governamentais e com o SUS	1.1.1 Ser referência de atendimento de pacientes de alta complexidade
	1.1.2 Ofertar serviços resolutivos com alto padrão de qualidade assistencial
	1.1.3 Viabilizar transplantes de órgãos
1.2 Atenção de excelência e humanizada ao paciente	1.2.1 Prestar cuidado humanizado com excelência e qualidade
1.3 Referência em ensino e pesquisa	1.3.1 Ofertar um ambiente propício ao ensino; formar e qualificar recursos humanos para atuação no sistema de saúde
	1.3.2 Ser referência em pesquisa de impacto e qualidade

2. Perspectiva: Sustentabilidade

Objetivo estratégico	Iniciativas estratégicas
2.1 Captação de recursos	2.1.1 Consolidar o processo de captação e ampliação de recursos
2.2 Uso adequado do recurso	2.2.1 Otimizar a gestão de recursos
3. Perspectiva: Processos internos	
3.1 Sistema de TI para nosso negócio	3.1.1 disponibilizar funcionalidades que agreguem valor ao negócio
3.2 Segurança e qualidade assistencial	3.2.1 Garantir melhores práticas de segurança e qualidade assistencial
	3.2.2 Garantir Acreditação hospitalar
3.3 Gestão operacional com melhores práticas	3.3.1 Otimizar fluxo de atendimento ao paciente
	3.3.2 Disponibilidade de recursos humanos e equipamentos
3.4 Comunicação	3.4.1 Garantir uma comunicação dinâmica e transparente
3.5 Sustentabilidade ambiental	3.5.1 Minimizar os riscos ambientais
	3.5.2 Firmar o comprometimento institucional com o consumo sustentável

4. Perspectiva Inovação e crescimento

Objetivo estratégico	Iniciativas estratégicas
4.1 Valorização de Pessoas	4.1.1 Implantar o processo de Gestão de Desempenho por Competências
4.2 Educação Corporativa	4.2.1 Fortalecer a Prática Institucional da Capacitação
4.3 Cultura de Segurança	4.3.1 Incentivar a adesão às práticas de segurança do paciente
	4.3.2 Aumentar a confiabilidade e a disponibilidade de equipamentos
4.4 Inovação com Geração de Riquezas	4.4.1 Promover o interesse e realização de projetos cujo resultado trarão inovação